

Servidores e governo firmam acordo para correção de benefícios



Fonacate manifesta apoio à luta dos servidores do BC contra a PEC 65/2023

1 de 2



NOTA PÚBLICA

O Fórum Nacional Permanente de Carreiras Típicas de Estado - FONACATE, representando mais de 200 mil servidores públicos que desempenham funções essenciais ao Estado brasileiro, vem publicamente expressar seu apoio ao Sindicato Nacional dos Funcionários do Banco Central (SINAL) e à Associação Nacional dos Advogados Públicos Federais (ANAFE) sobre a Proposta de Emenda à Constituição nº 65/2023, em tramitação no Senado Federal.

PEC 6/2024 - Afiliadas intensificarão ações pelo fim da contribuição previdenciária de aposentados e pensionistas

Servidores e governo firmam acordo para correção de benefícios


Entidades cobram recomposição salarial ainda em 2024 e avanço nas mesas específicas



Entidades representativas de servidores do Executivo federal que integram o Fonacate firmaram no último dia 25 de abril o Termo de Compromisso resultante da Mesa Nacional de Negociação Permanente (MNNP) entre a bancada dos trabalhadores e o Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (MGI). A adesão viabiliza a recomposição de benefícios recebidos pelas carreiras.

Com a implementação do reajuste, o auxílio alimentação passa de R\$ 658,00 para R\$ 1.000,00 (confira [aqui](#) Portaria MGI 2797/2024), a

assistência pré-escolar passa de R\$ 321,00 para R\$ 484,90 (confira [aqui](#) Portaria MGI 2897/2024), enquanto o per capita da saúde complementar será corrigido em 51% (confira [aqui](#) Portaria MGI 2829/2024). As novas tabelas estão vigentes desde 1º de maio. Devido à data de fechamento da folha dos servidores do Executivo, o novo valor do auxílio alimentação será pago em junho, com efeitos retroativos a 1º de maio. Ainda sobre os benefícios, as carreiras seguirão pleiteando que seja alcançada a isonomia com os outros Poderes até 2026.



Apesar do avanço na questão relativa aos auxílios, os servidores cobraram, durante o ato de assinatura do acordo, que ocorreu na sede do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT), em Brasília, um encaminhamento quanto à recomposição salarial do funcionalismo. “Esses benefícios não são extensíveis aos aposentados. Representam um incremento pequeno na remuneração. Continuaremos aguardando um reajuste ainda em 2024, que contemple os servidores ativos, aposentados e pensionistas”, afirmou o presidente do Fonacate, Rudinei Marques, na ocasião.

As lideranças também requereram avanços nas mesas específicas, para tratar das demandas de cada carreira do Executivo. Vale ressaltar que muitas delas ainda

estão pendentes de definição, ou mesmo da formalização de propostas por parte do governo, e outras sequer foram abertas. O secretário de Relações de Trabalho do MGI, José Lopez Feijóo, garantiu que apresentará nos próximos dias o calendário de instalação de cada uma das mesas ainda não iniciadas.

“Aguardamos que o governo cumpra a promessa de enviar o calendário completo dessas mesas”, reforçou Rudinei Marques.

Outro ponto que será levado à mesa com o MGI é a necessidade de apoio à Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 6/2024, que trata da extinção gradual das contribuições previdenciárias dos servidores aposentados e pensionistas. Saiba mais na próxima página.


Afilia das intensificarão ações pelo fim da contribuição previdenciária de aposentados e pensionistas

PEC 6/2024, apresentada em março deste ano na Câmara dos Deputados, atualiza o objetivo da PEC 555/2006

A luta pela extinção da contribuição previdenciária dos servidores públicos aposentados e pensionistas ganha um novo instrumento no Congresso Nacional. Apresentada em março deste ano na Câmara dos Deputados, a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 6/2024 atualiza o objetivo da PEC 555/2006 e concentrará as atenções das entidades representativas do funcionalismo no próximo período.

A matéria prevê a redução, de 10% ao ano, da contribuição — a partir dos 66 anos para homens e 63 anos para mulheres — sendo totalmente dispensada quando o titular atingir 75 anos de idade.

O tema pautou assembleia geral das afiliadas ao Fonacate no último dia 9 de abril, em Brasília. Na oportunidade, as lideranças convergiram na necessidade de um trabalho coordenado pelo convencimento dos congressistas acerca da importância da aprovação da proposta. Presente no encontro, o assessor parlamentar do Fórum, Jorge Mizael, explicou que os servidores devem trabalhar pelo apensamento da PEC 6/2024 à PEC 555/2006, pois “a experiência mostra que as propostas de emendas ao texto constitucional demoram um tempo relativamente grande até serem promulgadas”.




As entidades decidiram promover uma grande ação no Congresso Nacional, por meio de debates e materiais de comunicação, num esforço concentrado pela tramitação e aprovação da PEC ainda neste ano.

Durante audiência na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) do Senado Federal no dia 8 de abril, o presidente do Fonacate, Rudinei Marques, defendeu o avanço da matéria. “Não tem sentido o Brasil ser um dos únicos países em que o servidor contribui a vida toda para se aposentar, se aposenta e continua contribuindo”, destacou.

À mesa, coordenada pelo senador Paulo Paim (PT/RS) e que também contou com a presença do secretário de Relações de Trabalho, do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (MGI), José Lopez Feijóo, Marques ainda exigiu o apoio do Executivo à demanda, ao afirmar ser necessário que “tenhamos uma sinalização do governo de que este assunto pode andar no Congresso”.

Confira [aqui](#) o trecho da declaração de Rudinei Marques durante a audiência, que tratou também de outros pleitos relacionados ao serviço público.



Fonacate manifesta apoio à luta dos servidores do BC contra a PEC 65/2023

As entidades afiliadas ao Fonacate divulgaram, no dia 26 de abril, nota pública em que manifestam apoio à luta dos servidores do Banco Central do Brasil contra a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 65/2023, que trata do regime jurídico aplicável à Autarquia, em tramitação no Senado Federal. Sob a alegação de avançar no processo de autonomia do BC, a matéria carrega, na verdade, graves riscos que poderão descaracterizar a instituição.

“Sendo o Banco Central o órgão responsável pela execução da política cambial e monetária do país, pelo monopólio da emissão de moeda e pela regulação, supervisão e fiscalização do Sistema Financeiro Nacional, entre outros assuntos de reconhecida importância, não há como ignorar sua condição fundamental de instituição típica de Estado, incompatível com a

sua transformação em empresa pública”, destaca o documento.

Ainda de acordo com a nota, a transformação do Banco Central em empresa pública, proposta pela PEC, acarretaria a perda de prerrogativas de servidor público dos funcionários da autarquia. “Tal mudança submeteria o corpo funcional do órgão a um regime de emprego sem as garantias constitucionais de estabilidade, tornando-os mais suscetíveis a intervenções e pressões políticas, o que poderia comprometer a independência e a imparcialidade.”

Por fim, o Fórum pede que os senadores, em especial os membros da CCJ, considerem os riscos apresentados e rejeitem a PEC 65/2023.

Leia [aqui](#) a nota na íntegra.



SRTVN Qd 702 Bloco P Edifício Brasília Rádio Center, Ala B,
1º andar salas 1029 a 1031. CEP: 70.719-900. Brasília - DF